



Secretaria de Estado da Educação

# CLIPPING

27 de maio 2015



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

**Veículo:** Diário Catarinense

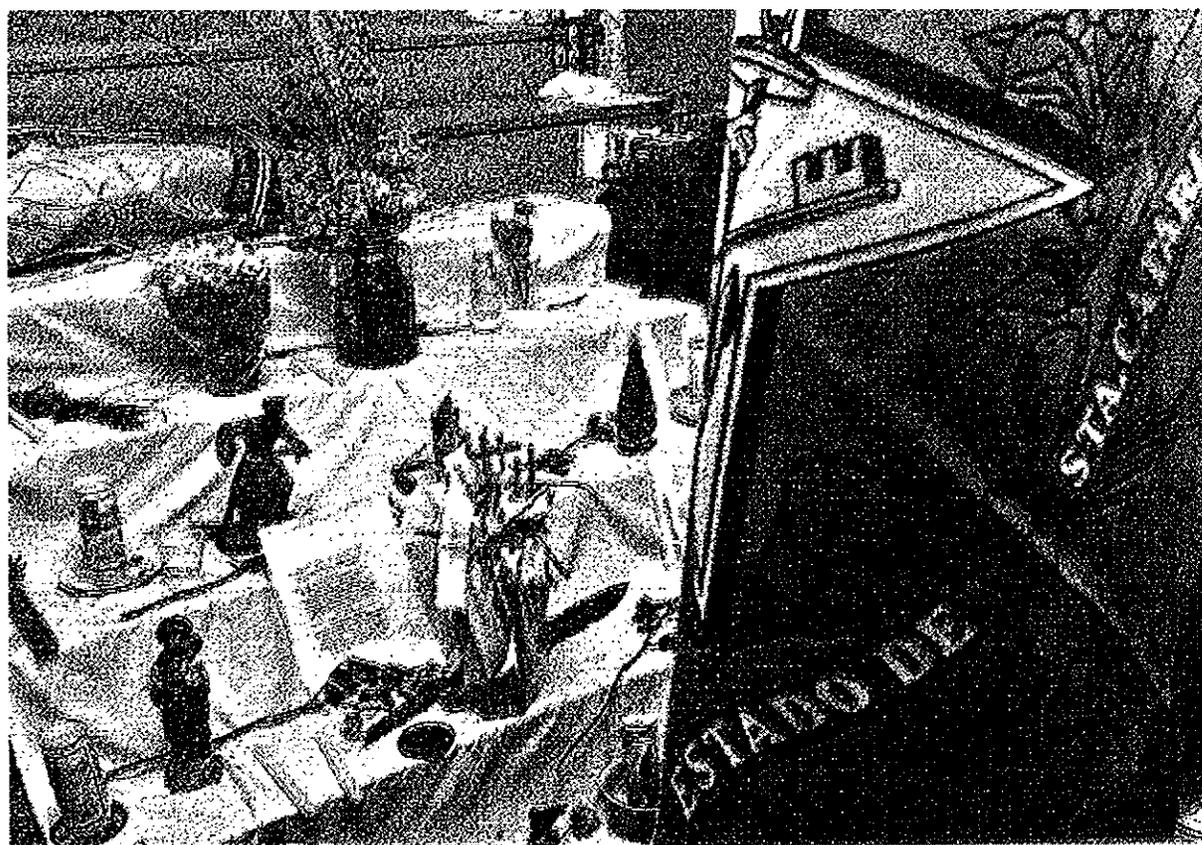
**Editoria:** De olho nas ruas

**Data:** 07/05/2015

**Assunto:** Protestos

**Página:** 06

# DIÁRIO CATARINENSE



## UM ALTAR NA ASSEMBLEIA

Deputados, assessores e funcionários transitam normalmente pelo prédio da Assembleia Legislativa, mesmo com a presença de professores acampados no local. É como se já fosse normal a presença deles depois de 32 dias de ocupação. Um altar ecumênico foi montado. Fica no começo da escada que dá acesso aos gabinetes.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Notícias do Dia

Editoria: Opinião

Data: 27/05/2015

Assunto: Greve

Página: 06

# Notícias do Dia

## A greve de uma minoria

A paralisação dos professores da rede pública do Estado completa dois meses sem que se saiba se a adesão – que o movimento calcula em 20% e o governo estima em 5% da categoria – caracteriza o que se poderia chamar de greve no sentido literal do termo. A maioria das escolas está funcionando normalmente e mesmo onde há mobilização as atividades não foram interrompidas. Por outro lado, as turmas sem aula, boa parte delas no nível médio, incluem muitos alunos que ficarão sem o conteúdo para habilitar-se à

prova do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) e aos vestibulares do fim do ano.

O impasse definitivo se estabeleceu quando o governo afirmou que só retomaria as negociações caso os professores voltassem ao trabalho, e estes, à revelia da maior parte da categoria, mantiveram-se firmes na defesa de questões que consideram essenciais para o conjunto dos mestres no Estado. De um lado, teme-se pelo não cumprimento, pelo governo, dos acordos que vierem a ser feitos; de outro, há a sensação de que razões

políticas falam mais alto e que o sindicato dos professores não recuará mesmo que seja revisto o plano de carreira e o reajuste alcance o patamar pleiteado pelos manifestantes.

Ou seja, criou-se um impasse virtualmente insolúvel porque os dois lados entenderam que foram até o limite das concessões que poderiam fazer. Os próprios alunos e pais sabem que essa radicalização recíproca trará prejuízos para todos, inclusive para o sindicato, desgastado perante parte substancial de seus filiados.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Notícias do Dia	<b>Editoria:</b> Paulo Alceu	<b>Data:</b> 27/05/2015
<b>Assunto:</b> Protestos		<b>Página:</b> 27

# Notícias do Dia

### Acampamento

Embora notificados oficialmente pelo Tribunal de Justiça, na sexta-feira passada, os professores continuam acampados no hall da Assembleia. O Sinte afirma que não houve notificação até agora. Cada dia de descumprimento da ordem judicial corresponde a R\$ 50 mil. O presidente em exercício, Aldo Schneider, deixou claro que não usará da força para a retirada dos professores, que abusam do respeito e do bom senso, segundo revelam imagens da área de segurança do Palácio Barriga Verde. A expectativa é de que tenham a responsabilidade de deixarem o local em consideração a uma determinação da Justiça.



## Notícias do Dia

### Dois meses de prejuízos em sala

**LETÍCIA MATHIAS**

[leticiam@noticiasdodia.com.br](mailto:leticiam@noticiasdodia.com.br)

@leticiam\_ND

Layana Alexandre, 16 anos, está preocupada em como conseguirá recuperar o conteúdo de sala com o avanço da greve dos professores da rede estadual. Aluna da escola Vereador Oscar Manoel Conceição, no bairro Rio Tavares, em Florianópolis, a jovem está no 2º ano do ensino médio, nível mais prejudicado pela manifestação, que completou dois meses nesta semana. Como o impasse continua entre trabalhadores e o governo do Estado, não há previsão de retorno à normalidade das aulas.

O Sinte-SC (Sindicato dos Trabalhadores em Educação na Rede Pública de Ensino do Estado) afirma que cerca de 20% dos professores estão parados e que esta é uma semana de avaliação. A Secretaria de Estado da Educação contesta, aponta o número de 1.600 profissionais parados – menos de 5% dos 40 mil profissionais da rede. O governo reafirma que só negocia a partir do retorno às atividades.

Na Escola Vereador Oscar

Manoel Conceição, dos 40 professores, 15 estão em greve. A unidade funciona parcialmente, mas alunos, como Layana, consideram que sairão no prejuízo. “Temos trabalho e provas normais com os professores que estão em sala. Mas, mesmo assim, vamos ter muita coisa para recuperar depois ou ter que repetir por causa daqueles alunos que não estão vindo”, observa Layana, apesar de considerar legítima a reivindicação dos professores.

A unidade de ensino atende 906 alunos do ensino médio e, para não deixar os estudantes sem aula – principalmente os do ensino médio –, a direção está remanejando os horários.

Segundo o diretor, Sergio Luz, os alunos já vão para o colégio sabendo quais horários e aulas terão no dia. “Nossa postura é garantir que os não grevistas deem aula e respeitar aqueles que optaram pela greve. A escola está com as portas abertas em todos os turnos e os estudantes são atendidos nas disciplinas cujos professores estão em sala. A reposição vai ser decidida depois, a partir da diretriz da Secretaria de Educação”.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

### Mãe preocupada com falta de preparo para o vestibular

Na escola Dom Jaime de Barros Câmara, no Ribeirão da Ilha, a situação também deixa os pais dos alunos do ensino médio preocupados. Seis professores estão em greve. A unidade atende das séries iniciais até o ensino médio, mas a falta maior de professores é nos últimos anos.

Luanã Aguiar, 32, é mãe de um aluno do 5º ano do ensino fundamental, que tem aulas normalmente, e também de Amanda, de 17 anos, que está no terceiro ano. A menina

estuda no período noturno, mas geralmente volta para casa antes da hora do intervalo. Na semana passada, teve aula apenas duas vezes. Luana conta que a filha está pensando se vai fazer vestibular este ano porque teme não conseguir recuperar todo o conteúdo. "Desde o primeiro dia de greve tem esse problema. Eu sempre concordei com as greves, mas dessa vez os professores não estão unidos e se sabe que essa paralisação não vai dar em nada, é só desgaste", opina a mãe.

### Professores continuam na Alesc após liminar exigir saída

Até ontem, 242 professores ACTs (admitido em caráter temporário) haviam sido contratados para suprir a ausência dos professores, principalmente no interior do Estado. Para a Grande Florianópolis, não houve contratações.

Uma reunião do comando de greve em Lages, na última segunda-feira, decidiu pela manutenção das reivindicações. Na próxima segunda-feira, outro encontro avaliará a situação e, antes disso, só haverá assembleia se houver nova proposta do governo. "Na sexta-feira recebemos uma resposta do governo com mesma posição anterior, afirmando que temos que voltar [ao trabalho] para negociação. Queremos respostas mais sólidas, que garantam nova proposta", justificou o presidente do Sinte-SC, Luiz Carlos Vieira.

Também na última sexta-feira, uma decisão do TJ-SC (Tribunal de Justiça de Santa

Catarina) determinou desocupação imediata dos prédios públicos pelos professores estaduais em greve. Alguns deles ocupam a Alesc (Assembleia Legislativa de Santa Catarina) com colchões, cartazes e faixas.

Segundo a decisão, os servidores não poderão realizar manifestações a menos de 200 metros de quaisquer prédios públicos estaduais. Porém, segundo o advogado do Sinte-SC, José Sérgio Cristóvam, até o período da tarde de ontem, o sindicato ainda não havia sido notificado e aguardava o documento para decidir quais medidas tomar. "O mais provável é recorrer da decisão, o que não implica necessariamente na desocupação. As medidas vão depender de como essa comunicação virá", disse. A principal reivindicação da categoria é o plano de carreira e o reajuste de 13% com base no piso nacional.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Folha de São Paulo	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 27/05/2015
<b>Assunto:</b> Enem	<b>Página:</b> Online	

EM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL - F. V. W. - WWW.FOLHA.COM.BR

# FOLHA DE S. PAULO

### **MEC universaliza exigência do Enem para acesso ao Fies**

A partir de janeiro de 2016, o Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) passa a ser obrigatório para todas as pessoas que desejam ter acesso ao Fies (Fundo de Financiamento Estudantil).

Até então, o exame não era obrigatório para dois públicos específicos: professores da rede pública de ensino matriculados em curso de licenciatura ou pedagogia e pessoas que concluíram o ensino médio antes de 2010. Agora, candidatos com esse perfil também deverão apresentar as notas no Enem para obter o crédito estudantil.

A mudança foi feita em portaria do Ministério da Educação publicada nesta terça-feira (26) no "Diário Oficial" da União.

No fim do ano passado, o MEC aumentou o rigor para acesso ao Fies e passou a exigir uma nota mínima no Enem (450 pontos) o estudante conseguir o financiamento. Neste ano, após dificuldades dos candidatos em renovar e solicitar novos contratos em sistema do programa federal, foram concedidos um total de 252.442 financiamentos.

O ministério garantiu ainda que os 1,9 milhão de contratos ativos serão renovados – o prazo se encerra nesta sexta-feira (29).

#### **ENEM**

As inscrições para o Enem 2015 começaram às 10h desta segunda-feira (25) e deve ser feita pelo site do Inep. O prazo se encerra em 5 de junho, mas os candidatos terão até o dia 10 deste mês para efetuar o pagamento da inscrição, que este ano é de R\$ 63.



# SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> G1	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 27/05/2015
<b>Assunto:</b> Verbas		<b>Página:</b> Online



## VESTIBULAR E EDUCAÇÃO

### **Pronatec e Ciências sem Fronteiras serão afetados por corte de verba**

*Corte no orçamento do ministério foi de R\$ 9,42 bilhões.  
MEC diz que vai priorizar atividades como a construção de creches.*

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e o Ciências sem Fronteiras serão afetados pelo corte no orçamento do Ministério da Educação. O ministério divulgou nota nesta terça-feira (26) que afirma que o governo federal garantirá verba acima do limite constitucional para a pasta, mas que o contingenciamento do Orçamento da União vai levar a ajustes em programas.

No Ministério da Educação, o bloqueio no orçamento da pasta foi de R\$ 9,42 bilhões, o terceiro em ordem de grandeza entre todos os ministérios. O valor aprovado pelo Legislativo era de R\$ 48,81 bilhões, recuando para R\$ 39,38 bilhões – uma limitação de 19,3%.

O Ciências sem Fronteiras é um programa de bolsas para que alunos de graduação e pós-graduação façam estágio no exterior. Ele também busca trazer pesquisadores internacionais para o país.

O Pronatec busca financiar cursos de educação profissional e tecnológica. O MEC diz que o número total de vagas nas diversas ações do Pronatec ainda será divulgada.

"(Os programas) têm a sua continuidade garantida esse ano, com o redimensionamento na oferta buscando otimizar o atendimento dos estados e das vagas, com ofertas que ainda serão definidas, mas que quantitativamente serão em número inferior ao do ano passado", afirma o MEC.

#### Prioridades do MEC

O MEC informou em nota que, apesar do ajustes fiscal, serão preservados "programas e ações estruturantes e essenciais".

"Programas como PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola), Merenda e Transporte escolar não receberam cortes em relação a LOA e apresentaram aumento em relação ao empenhado no ano de 2015. Para se adequar aos ajustes o MEC vai priorizar atividades como a construção de creches", informou o ministério em nota.

#### Custeio das federais

Em meio às cobranças no setor, com greves deflagradas na Bahia, Pará e Paraíba, o ministério disse que busca manter os recursos básicos para manutenção das universidades.

"O Ministério também atua no sentido de garantir os recursos de custeio necessários para garantir o funcionamento das Universidades e Institutos", afirmou o MEC.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> G1	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 27/05/2015
<b>Assunto:</b> Verbas		<b>Página:</b> Online



## VESTIBULAR E EDUCAÇÃO

### 'Ninguém gosta de corte', diz Janine sobre redução de orçamento do MEC

*Ministro esteve no Fórum Mundial de Educação Profissional, em Olinda.  
Ritmo de inscrições no Enem 2015 está superando expectativas, comentou.*

O ministro da Educação, Renato Janine Ribeiro, foi recebido com protesto de alguns estudantes na abertura do Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica, no Centro de Convenções de Pernambuco, em Olinda, nesta terça (26). O grupo criticava o corte no orçamento do MEC, divulgado semana passada pelo Palácio do Planalto. "Ninguém gosta de corte, mas é fato que a economia neste momento não está suportando o que gostaríamos de fazer. Estamos com máximo critério, vendo o que pode ser alongado, o que pode ser desenvolvido no próximo ano, para este ano garantir todo o sistema de ensino federal", disse.

Durante o discurso na solenidade de abertura, Janine ressaltou o plano nacional de educação, que prevê 10% do PIB destinado à educação até 2024. "Nós temos que fazer com que a economia esteja suficientemente pujante para que isso seja possível. Nós tivemos vários anos de desenvolvimento, especialmente depois de 2008. Então o fato de um ano ser muito difícil não quer dizer que toda nossa trajetória será esquecida. Nós estamos tendo um intervalo, uma interrupção no desenvolvimento, que será retomado. Mas não sou economista, mais do que isso não posso avançar", afirmou.

Na visão do ministro, o andamento das inscrições no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) está superando as expectativas. "A gente até pensou que pudesse reduzir o número, porque algumas pessoas se inscrevem por se inscrever, e elas iriam pensar duas vezes", disse, se referindo ao aumento do valor da taxa de inscrição (de R\$ 35 para R\$ 63) e à advertência que o MEC fez sobre a perda da isenção para aqueles que não comparecerem aos dois dias de prova.

De acordo com Janine, a advertência do MEC serve para evitar o desperdício. "Ano passado, mais de dois milhões de provas foram jogadas fora, porque alunos não apareceram", contou. A expectativa do MEC é que mais de 9 milhões de pessoas se inscrevam no Enem deste ano.

Sobre o Enem ter se tornado obrigatório para todos aqueles que querem usufruir do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), Janine disse que a portaria publicada nesta terça só cumpre o que estava previsto na lei. "Apenas alinhamos a portaria ao que já estava em lei. Havia o prazo até 2015 para usar outros instrumentos que não o Enem [para obter financiamento através do Fies]. De agora em diante, prevalece o que estava previsto na lei."

#### O Fórum

O Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica deve reunir cerca de 24 mil pessoas até a próxima sexta-feira (29). A programação do evento contempla conferências, palestras e debates não só sobre educação, mas também empreendedorismo, inovação e direitos humanos. Dentre os destaques da programação estão as palestras de Frei Betto, Silvio Meira e Moacir Gadotti. Também integram o fórum feiras do livro, além de atividades culturais. O homenageado deste ano é o geógrafo e sociólogo pernambucano Josué de Castro.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Consed	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 27/05/2015
<b>Assunto:</b> Prêmio "Construindo A Nação"		<b>Página:</b> Online



### **Prêmio "construindo a nação" traz novidades no seu 15º ano consecutivo**

**Vice-Presidente do Consed, Rossieli Silva e Ministro do MEC, Renato Janine participam de fórum mundial de Educação promovido pela ONU**

Discutir propostas para aprimorar os sistemas educacionais com pautas centradas em sete grandes metas mundiais é o foco do 2º Fórum Mundial de Educação iniciado na última terça-feira (19) na cidade de Incheon, na Coréia do Sul.

Juntamente com mais de 150 lideranças educacionais de todos os continentes, o Fórum contou com a participação do secretário de Estado de Educação do Amazonas e Vice-Presidente do Consed, Rossieli Soares da Silva, que representou o conselho na comitiva oficial brasileira liderada pelo ministro da Educação, Renato Janine Ribeiro e demais representantes educacionais.

Em Incheon, em discurso representando a delegação de líderes brasileiros, o ministro da Educação Renato Janine pontuou avanços sociais registrados nos últimos anos no Brasil e convocou os demais líderes educacionais a somar esforços visando o desenvolvimento global e a contenção das mazelas sociais. "Estamos aqui reunidos, num país onde o sol nasce primeiro, com a imensa responsabilidade de unir esforços por um mundo que não pode tolerar nem mesmo 1% de crianças vivendo na miséria. Não apenas no Brasil, mas em nenhum lugar do mundo. Quinze anos é o tempo que nos separa de 2030, no próximo Fórum Mundial de Educação. Assim, um senso de urgência é necessário", disse o ministro Janine.

Chegando à sua segunda edição e estendendo-se até a próxima quinta-feira (21) o Fórum Mundial de Educação é realizado pela Organização das Nações Unidas (ONU), através da Unesco (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura). A primeira edição do encontro mundial foi promovida no ano de 2000, em Dakar (Senegal).

De acordo com o secretário de Estado de Educação do Amazonas, Rossieli Soares da Silva, tal qual o encontro de Dakar, realizado há 15 anos, por meio de discussões e propostas, o Fórum Mundial suscitará um compromisso coletivo das nações para com a educação.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

“As discussões suscitadas no fórum e o compromisso coletivo se basearão em sete grandes metas mundiais para o segmento da Educação. Tais metas, que deverão ser cumpridas mundialmente até o ano de 2030, pretendem assegurar uma educação de qualidade, equitativa e inclusiva, assim como a aprendizagem ao longo da vida, para todos”, apontou o secretário Rossieli Soares da Silva.

As sete metas em discussão no Fórum Mundial são: “Educação primária e ensino secundário que levem a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes”; “Desenvolvimento da primeira infância, cuidados e educação pré-escolar levando a preparação e interface nas escolas”; “Ensino técnico, vocacional, profissional e ensino superior”; “Habilidades para o trabalho e empreendedorismo”; “Igualdade de gênero, equidade e inclusão, com foco em grupos vulneráveis”; “Alfabetização funcional de jovens e adultos” e “Conhecimentos e habilidades que promovam o desenvolvimento sustentável”.

“Elaborar um projeto educacional coletivo e estabelecer um compromisso unificado em torno do desenvolvimento educacional mundial é o grande objetivo deste encontro”, pontuou Rossieli Soares da Silva.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Todos pela Educação	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 27/05/2015
<b>Assunto:</b> PNE		<b>Página:</b> Online



### **SÓ 6 CIDADES APROVARAM OS PLANOS DE EDUCAÇÃO EM SANTA CATARINA**

**A mês do fim do prazo estipulado em lei federal para unidades da federação e municípios aprovarem documento, 90% das cidades catarinenses ainda não o elaboraram**

**Fonte: Diário Catarinense (SC)**

São 20 pilares para fortalecer a Educação brasileira na próxima década. E para o sistema funcionar, é necessário que Estados e cidades estejam alinhados às diretrizes que vão garantir desde vagas em Creches, o atendimento a crianças com necessidades especiais até a formação de Professores. Mas, a exatamente um mês do fim do prazo estipulado em lei federal para unidades da federação e municípios aprovarem leis com os planos locais (24 de junho), 90% das cidades catarinenses nem sequer levaram à votação nas Câmaras de Vereadores, segundo o Ministério da Educação. Já o plano estadual aguarda parecer da Casa Civil para ser enviado à Assembleia Legislativa.

Elaborar os planos é uma tarefa complexa, mas necessária para os governos assumirem compromissos de eliminação de desigualdades educacionais. Além disso, a proposta estimula o monitoramento das metas por parte da sociedade. O Censo Escolar também passará por ajustes para avaliar os resultados de cada rede. O ministério não deixou claro quais são as sanções a que os municípios e Estados podem ser submetidos, mas diz que quem não adequar os planos no prazo estará “fora da pactuação nacional que deverá resultar em avanços”. Gestores de Educação temem que haja cortes de verbas.

Maioria das cidades tem só documento-base

Em SC, somente Criciúma, Porto União, Tangará, Forquilha, Morro Grande e Siderópolis concluíram o processo, que tem nove etapas. Nos demais municípios, o quadro é preocupante. A maior parte (127), entre eles Joinville, tem um documento-base elaborado. Nas outras maiores cidades, Florianópolis está na terceira etapa (diagnóstico concluído) e Blumenau na sexta (projeto elaborado).



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

O presidente da Federação Catarinense dos Municípios, José Caramori diz que 80% estão com os planos prontos e vai dar tempo de aprovar as leis no prazo.

São Bonifácio, na Grande Florianópolis, tem o caso mais extremo. Até quinta-feira, nem a primeira etapa – instituir uma comissão coordenadora – havia sido superada, o que ocorreu na última sexta-feira.

Criciúma aprovou lei municipal no fim do ano passado  
Criciúma é um dos cinco municípios que podem ensinar a lição de cumprir o cronograma no prazo. E até com mais agilidade do que o exigido. A lei municipal com 21 metas e 250 estratégias foi aprovada no ano passado.

A discussão do plano começou em fevereiro de 2014, quando o Plano Nacional da Educação (PNE) ainda não tinha sido aprovado. Uma comissão formada por 27 pessoas, incluindo membros da comunidade e da Câmara de Vereadores, discutiu cada meta.

Em agosto, oficinas para debater as propostas foram feitas até nas Escolas. Em novembro, o texto estava na Câmara de Vereadores, com uma meta a mais do que o PNE, que trata sobre um programa de saúde aos profissionais de Educação.  
– Terminamos 2014 com o plano aprovado e neste ano já estamos na fase de operacionalizar – explica a secretária da Educação de Criciúma, Rose Mayr.

Municípios têm assessoria e buscam alternativas  
Os municípios estão sendo amparados pela União Nacional dos Dirigentes Municipais em Educação (Undime), pela Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino do MEC e por conselhos de Educação. Os órgãos oferecem documentos, indicadores, mapas, dados e formas de contato com os técnicos preparados em cada Estado para prestar assistência.

Os municípios são orientados de que os planos sejam feitos para a rede de Ensino, mas sim para o território onde vive o cidadão, num tempo de 10 anos, que extrapola as gestões municipais e estaduais e os períodos eleitorais.  
– Assessoria todos tiveram igual. Alguns têm políticas públicas diferenciadas, às vezes o prefeito pensa de uma forma, o secretário de Educação de outra. Até haver esse entendimento, dificultou um pouquinho. Mas praticamente 100% dos municípios aderiram ao projeto. Muitos já estão na fase final – explica a presidente da Undime SC, Astrit Tozzo.

Consultoria externa e planos refeitos  
Chapecó é uma das cidades que já tinham plano municipal e precisou apenas adaptar. Há municípios que no meio do caminho tiveram de refazer os planos porque detectaram inconsistências. Outros, para acelerar o processo, recorreram à consultoria terceirizada, criticada por alguns Educadores, que defendem a discussão com a população.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

– Estamos insistindo muito na participação de todos, porque o entendimento hoje é que Educação não é só responsabilidade da Escola, mas da família, de todos os envolvidos – defende a presidente da Undime SC.

Entrevista | Elza Moretto  
Secretária adjunta do Estado da Educação  
“O MEC está correto. Mas o prazo está curto”

Quando o plano estadual será aprovado?  
Hoje o plano se encontra na Casa Civil para análise dos ordenamentos jurídicos. Ao ser encaminhado para a Assembleia deve receber a contribuição dos parlamentares.

Qual o conteúdo do plano estadual?  
Estará alinhado ao nacional. Temos 19 metas e previsão de 296 estratégias.  
Qual a maior dificuldade?

É uma exigência boa, uma forma de fazer com que todo mundo se organize para ter seu plano de Educação e para que as coisas não saiam de lugar quando mudam governos ou gestores. O MEC está muito correto, só que o prazo está muito curto.

### AS 20 METAS DO PLANO

1 - Garantir total acesso até 2016 à Educação infantil na Pré-Escola para as crianças de 4 a 5 anos de idade. Ampliar a vaga em Creches para atender no mínimo 50% das crianças de até 3 anos até 2024.

2 - Universalizar o Ensino fundamental de 9 anos de duração para a população de 6 a 14 anos. Garantir que pelo menos 95% concluam a etapa na idade considerada recomendada à faixa etária desses Alunos.

3 - Garantir até 2016 a universalização do atendimento Escolar para a população de 15 a 17 anos e elevar até 2024 a taxa líquida de matrículas no Ensino médio para 85%.

4 - Universalizar para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação o acesso à Educação básica e ao atendimento educacional especializado.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

5 - Promover a Alfabetização completa de todas as crianças no máximo até o final do 3º ano do Ensino fundamental.

6 - Oferecer Educação em tempo integral em no mínimo 50% das Escolas públicas, de forma a atender pelo menos 25% dos Alunos da Educação básica.

7 - Fomentar a qualidade da Educação básica, com melhoria da aprendizagem para atingir as médias nacionais para o Ideb: 6,0 (anos iniciais do Ensino fundamental), 5,5 (anos finais do Ensino fundamental) e 5,2 (Ensino médio).

8 - Elevar a Escolaridade média da população de 18 a 29 anos para obter 12 anos de estudo em 2024 para as populações do campo e dos 25% mais pobres. Igualar a Escolaridade média de negros e não negros.

9 - Elevar a taxa de Alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 e, até o final da vigência do PNE, erradicar o Analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de Analfabetismo funcional.

10 - Oferecer no mínimo 25% das matrículas de Educação de jovens e adultos nos Ensinos fundamental e médio, integrada à Educação profissional.

11 - Triplicar as matrículas da Educação profissional técnica de nível médio, assegurando pelo menos 50% da expansão no segmento público.

12 - Elevar a taxa bruta de matrícula na Educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para pelo menos 40% das novas matrículas.

13 - Elevar a qualidade da Educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores na Educação superior para 75%, sendo no mínimo 35% doutores.

14 - Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu para atingir a titulação anual de 60 mil mestres e 25 mil doutores.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

15 - Garantir política de formação dos profissionais da Educação, assegurando que todos os Professores da Educação básica tenham formação específica de nível superior em curso de licenciatura.

16 - Formar, em nível de pós-graduação, 50% dos Professores da Educação básica até 2024. Garantir a todos profissionais formação continuada na área de atuação.

17 - Valorizar os profissionais do magistério das redes públicas de Educação básica para equiparar seu rendimento médio ao dos demais profissionais com Escolaridade equivalente, até o final do sexto ano do PNE.

18 - Criar no prazo de dois anos planos de carreira para profissionais da Educação básica e superior pública. Para a Educação básica, tomar como referência o piso salarial nacional profissional.

19 - Assegurar condições, no prazo de dois anos, para a efetivação da gestão democrática da Educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho.

20 - Atingir investimento de no mínimo 7% do Produto Interno Bruto do país até 2019 e até 2024, o equivalente a 10%.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Todos pela Educação	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 27/05/2015
<b>Assunto:</b> Educação básica	<b>Página:</b> Online	



### COMISSÃO DEBATE ALTERNATIVAS AO FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Janine fez o desabafo em seu perfil no Facebook, no último sábado (23); R\$ 9,4 bilhões serão cortados do MEC

**Fonte:** Folha de S.Paulo (SP)

A Comissão de Educação promove audiência pública hoje para debater alternativas ao financiamento da educação básica no Brasil. Três deputados apresentaram requerimentos sobre o tema: Betinho Gomes (PSDB-PE), Margarida Salomão (PT-MG) e Angelim (PT-AC).

Betinho Gomes pediu debate sobre a regulamentação da cooperação entre os entes federados na área educacional. “A edição de uma lei complementar para estabelecer normas para essa cooperação é a tarefa mais urgente no momento”, disse.

Margarida Salomão solicitou, em seu requerimento, que fossem abordados a valorização dos profissionais da área, em termos de carreira, jornada, formação e remuneração; os desafios para a implementação do Custo Aluno Qualidade (CAQ) e do Custo Aluno Qualidade inicial; o requisito de construção de um Sistema Nacional de Educação articulado, em regime de colaboração federativa; o fim da vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) em 2020; e as metas do Plano Nacional de Educação.

Já o deputado Angelim pediu que fossem discutidas as reformulações necessárias ao Fundeb. “Precisamos debater a atual legislação e outras propostas de financiamento”, afirmou.